

Os Sentidos Sociais da Economia

*Federico Neiburg**

Publicado em *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia* (organizado por Luiz Fernando Dias Duarte). ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.

Introdução

Nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI, a palavra economia ganhou novos significados. Assistiu-se às consequências do fim do comunismo e da reimplantação do “regime de mercado” no Leste Europeu. Formaram-se novas unidades sociopolíticas, construídas com base em acordos comerciais, como o Mercado Comum Europeu, criado logo após a Segunda Guerra Mundial e que levaria à fundação da União Europeia e, em 2002, à substituição das moedas dos países-membros pelo euro. Pontos de vista divergentes proclamavam ou denunciavam a implantação de uma “ordem neoliberal globalizada”. Pouco depois, falava-se sobre o fim do “Consenso de Washington”; mais recentemente, a mais grave crise financeira desde 1929 trouxe novamente a economia ao primeiro plano do noticiário nacional e internacional.

No Brasil, também foram verificadas grandes transformações. A população assalariada cresceu significativamente. Mais e mais pessoas passaram a lidar no dia a dia com bancos e tecnologias financeiras (cheques, cartões, contas, empréstimos, investimentos). Ocorreram mudanças nos padrões de consumo e generalizou-se a necessidade de usar dinheiro para obter objetos e serviços.¹ Além disso, os brasileiros

* *Federico Neiburg* é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pesquisador do CNPq e da Faperj; coordenador do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC, <www.cultura-economia.org>). Parte da pesquisa realizada para a elaboração deste texto não teria sido possível sem a colaboração de Gustavo Onto e Pedro Braum Azevedo da Silveira. Agradeço também a leitura generosa e atenta, os comentários e as críticas de Afrânio Garcia, Ariel Wilkis, Beatriz Heredia, Benoît de l’Estoile, César Gordon, Diana Lima, Fernando Rabossi, Gustavo Onto, José Sérgio Leite Lopes, Moacir Palmeira e Natacha Nicaise.

¹ Os dados das transformações socioeconômicas do Brasil nas últimas décadas podem se multiplicar, de forma que escolhemos só alguns deles como ilustração. Observou-se o crescimento da população urbana, que, segundo o IBGE, passou de pouco mais de 30%, em 1950, para 70%, em 2000, com o aumento sensível da percentagem de assalariados, o que se fez acompanhar pela bancarização das remunerações. Segundo dados recentes do Banco Central e do Ibope, hoje, mais da metade da população brasileira possui conta bancária. Variações igualmente significativas foram verificadas em relação ao crescimento do crédito (25% do PIB em 2005, 43% em 2008) e ao uso de cartões de crédito e débito, que, segundo a Abemec, na última década, aumentou a taxas anuais de 10%. É preciso observar ainda o fato de que tais

(como os argentinos, os israelenses, os nigerianos, os lituanos e muitos outros) viveram experiências hiperinflacionárias que colocaram no centro das atenções públicas, das estratégias de reprodução das famílias e do desenho e da implementação de políticas públicas uma questão-chave para a economia: o valor do dinheiro.² Recentemente, um novo passaporte identifica os cidadãos com um mercado (o Mercosul); o Brasil passou a integrar blocos de “economias emergentes”, como o BRIC (com Rússia, Índia e China) ou o IBAS (com Índia e África do Sul).

Ao mesmo tempo, os profissionais da economia foram consagrados como figuras públicas, autorizados a diagnosticar e a resolver o que, segundo eles, seriam as principais questões de nossa época: inflação, crescimento, emprego e taxas de juros. Expandiram-se as seções de economia nos grandes jornais, nas redes de TV e nas revistas de atualidade (ver Abreu, 2003; para o caso francês, Duval, 2004). Ser economista passou a valer na política; tornou-se cada vez mais corrente a presença desses especialistas nos altos escalões da administração pública (ver Loureiro, 1997). A consagração de um relativo consenso sobre a independência dos bancos centrais legitimou a crença na autonomia dos mercados e na autoridade desses profissionais, que se apresentam como os únicos capazes de compreendê-los e de agir sobre eles.³

Mercado, dinheiro, crédito, agronegócio, indicador, juro, risco, concorrência, empreendimento são só algumas das palavras que desenharam o campo semântico da economia contemporânea, palavras estas que fazem sentido para camadas cada vez mais amplas da população, muito além do estreito círculo dos especialistas. Nesse campo semântico desenham-se também os assuntos pesquisados pelos antropólogos interessados pela economia.

Trata-se, na verdade, de modulações contemporâneas de formas de falar, de pensar e de agir (de uma verdadeira cosmologia, diriam alguns), cuja gênese remete ao início da modernidade europeia, a um lento, porém constante, predomínio progressivo das trocas mercantis nas interações humanas, do uso do dinheiro para mediar as relações entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas, e da quantificação como operador principal de valor — identificando, no limite, numa mesma escala numérica, valores

transformações atingem todas as regiões do país, desenhando uma nova geografia socioeconômica do espaço nacional brasileiro.

² Nos anos 1980 e 1990, a moeda nacional (em suas diversas denominações: cruzeiros, cruzados, cruzados novos etc.) chegou a se desvalorizar a taxas de 1% ao dia, mais do que 100% ao mês, atingindo níveis anuais de 1.000%; em 1994, houve um surto de hiperinflação de 3.000%.

³ Sobre o lugar dos Bancos Centrais na “nova ordem econômica mundial”, ver, p. ex., Lebaron (2006).

com preços.⁴ No final do século XIX, com a aparição da economia como disciplina acadêmica (junto às outras ciências sociais), tais formas de falar, de pensar e de agir sofreram uma inflexão singular. Naquele momento, os primeiros economistas (que começavam a se formar em universidades alemãs, austríacas, francesas, britânicas ou norte-americanas), no intuito de legitimar a nova ciência, afirmaram uma capacidade singular para compreender as relações humanas: a capacidade de quantificar. Segundo eles, o fato de que as ações e as motivações pudessem ser quantificadas — i.e., representadas em números, em relações e em hierarquias numéricas — fazia da economia a única verdadeira ciência social.⁵

O interesse contemporâneo da antropologia pela economia surge a partir da identificação de uma confluência entre esses dois processos: um conjunto de transformações na vida coletiva, tidas como de ordem “econômica”, e a aquisição de enorme legitimidade pública por parte da linguagem e dos profissionais da economia — os economistas acadêmicos, os jornalistas econômicos, os operadores de mercado (como os investidores ou os publicitários) e os funcionários de agências internacionais ou dos governos.⁶

Ao contrário de definir “teoricamente”, *a priori*, determinadas ordens da vida coletiva como econômicas (sejam instituições ou comportamentos), a antropologia da economia tenta compreender os sentidos que o campo semântico que se desenha em torno da economia possui nas interações de agentes com características e escalas diferentes, como pessoas, grupos ou nações. Por isso, ela é basicamente etnográfica. Sua principal fonte de dados é a observação de situações de interação, sobretudo no “campo”, mas também por meio do exame de documentos e de fontes escritas.

Essa empreitada reserva um lugar especial ao estudo dos especialistas, pois, como se pode constatar etnograficamente, são eles os principais agentes “interessados” na

⁴ Entre as várias referências que descrevem aspectos da gênese dessa cosmologia, ver, p. ex., Crosby (1999), Dumont (1977), Foucault (1966), Hirschman (1977, 1986), Polanyi (2000 [1944]), Poovey (1998), Sahlin, (2004a, 2004b) e Weber (2001 [1904]).

⁵ Esses foram, por exemplo, os termos utilizados por Alfred Marshall, em 1884, na aula inaugural da primeira cátedra de economia na Universidade de Cambridge. Sobre a sociogênese da economia e da sociologia, ver Elias (2006 [1984]).

⁶ A expressão “profissionais da economia” inspira-se em Max Weber para se referir àqueles especialistas que vivem “de” e “para” (nesse caso) a economia, motivados pela crença na existência de uma ordem específica (econômica) da vida coletiva e na sua capacidade de compreendê-la e de agir sobre ela. Eles são também agentes-chave do que Marilyn Strathern (2000) denominou “cultura da auditoria”, baseada numa representação quantificadora (numérica) do mundo social e entre cujos seguidores estão, por exemplo, os funcionários das missões do FMI e do Banco Mundial.

economia. Contudo, em vez de simplesmente separar as teorias econômicas (eruditas, dos profissionais) e as práticas econômicas (ordinárias, dos seres humanos em geral), trata-se de compreender os sentidos das categorias que servem para pensar e atuar no mundo tido como “econômico”, ou para agir e pensar “economicamente” nas relações humanas.

Uma sensibilidade compreensiva para além das grandes divisões

A antropologia da economia feita hoje no Brasil remete a uma constelação de questões, autores e textos que dialogam mais ou menos explicitamente entre si, compartilhando uma mesma sensibilidade compreensiva. Ainda que nessa constelação, como observaremos ao longo deste ensaio, possamos reconhecer alguns focos temáticos e grupos de pesquisadores, uma das características comuns a todos é a recusa de qualquer coisa que possa ser entendida como uma “subespecialidade”. Ao construir o seu objeto rejeitando divisões *a priori* entre esferas da vida coletiva — o que não quer dizer, como veremos, deixar de levar a sério as crenças nessas divisões que sujeitos específicos possam exprimir em situações concretas —, colocam-se em questão as próprias fronteiras disciplinares, a começar por aquela que reservaria aos economistas o privilégio da compreensão da economia “moderna”, deixando para os antropólogos as suas “margens” — a chamada economia informal, os orçamentos domésticos, as trocas não mercantis — ou simplesmente as “outras” economias (não “modernas”).⁷

Os antropólogos da economia confluem assim com outras vertentes contemporâneas da disciplina que, embora possam estar interessadas em assuntos diversos, compartilham uma mesma relação com tradições intelectuais anteriores a essas grandes divisões ou com autores que jamais as corroboraram — i.e., que nunca acreditaram nas grandes divisões entre disciplinas e entre ordens ou dimensões da existência humana.

Muito da antropologia feita no Brasil é singularmente coerente com esse movimento contemporâneo da disciplina no qual se situa o atual interesse dos antropólogos pela economia. Desde a institucionalização das modernas ciências sociais no país e, muito especialmente, a partir da criação das pós-graduações, em fins da

⁷ Sobre a construção da socioantropologia da economia para além das grandes divisões, ver Dufy e Weber (2007).

década de 1960, os antropólogos têm mantido intenso contato com colegas de outras disciplinas.

Os grandes projetos nos quais foi treinada a primeira geração de antropólogos acadêmicos no Brasil procuravam compreender dilemas centrais da atualidade do país. Dois exemplos: em São Paulo, onde a antropologia acompanhou as modulações da vida urbana, as questões giravam em torno das experiências dos imigrantes, das novas modalidades do trabalho industrial e das configurações sociais nos bairros pobres das grandes metrópoles;⁸ no Rio de Janeiro, um dos projetos que serviu para criar o primeiro Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, no Museu Nacional, em 1968, tinha como título “Estudo comparado do desenvolvimento regional”, visando compreender algumas dimensões do coração do capitalismo brasileiro. Esse era o interesse de Otávio Velho (1972) pelas frentes de expansão ao longo da construção da estrada Transamazônica (um dos fatos épicos do desenvolvimento capitalista no país) e de Moacir Palmeira (1970, 1971) pelas mudanças sociais no universo da plantação canavieira do Nordeste.⁹ No primeiro caso, eram observadas as consequências da expansão da economia de mercado ao longo do território nacional. No segundo, visava-se entender as configurações sociais nas quais se produzia (e se produz até hoje) uma porção significativa da riqueza no Brasil: a economia agroexportadora.

Essas pesquisas dialogavam com questões que, àquela altura, interessavam os economistas, como o “desenvolvimento” e a “modernização”. Mas os antropólogos as reformularam, desnaturalizando etnograficamente o senso comum erudito (acadêmico, político e jornalístico) a seu respeito. Em vez de se preocupar em diagnosticar os traços “não modernos” da sociedade brasileira, de tentar definir quais eram os “fatores do desenvolvimento” ou do “atraso”, ou ainda de estabelecer se o Brasil era “verdadeiramente capitalista ou feudal”, eles buscaram compreender os sentidos que as transformações sociais em curso tinham para pessoas singulares, de carne e osso.¹⁰ Daí, por exemplo, o interesse pelas percepções e pelas práticas que acompanhavam a expansão do uso do dinheiro (como salário, ou como meio de compra nas feiras e nos

⁸ Era o caso das pesquisas desenvolvidas e orientadas por Eunice Durham e Ruth Cardoso, por exemplo.

⁹ Notadamente, com a equipe do Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste (Palmeira et al., 1977).

¹⁰ Ver Palmeira (1971). Para um retrospecto dessas discussões, acompanhado por uma análise das transformações acontecidas a partir daquela época no mundo rural brasileiro, ver Garcia e Palmeira (2001).

mercados), ou pela emergência de novos padrões de consumo.¹¹ Estes antropólogos não estavam falando de “outros exóticos” ou “distantes”, nem da “periferia” ou dos “interstícios” do mundo contemporâneo; eles procuravam compreender etnograficamente transformações centrais da vida coletiva.¹²

Essa sensibilidade intelectual estava presente, aliás, nos primeiros cursos de “antropologia econômica” oferecidos no país, no PPGAS/Museu Nacional, a partir de 1968. Também, não questionamento da especificidade e das fronteiras do domínio econômico por parte de alguns dos integrantes da primeira geração de pós-graduandos, que eram formados em economia e foram atraídos pela disciplina devido ao potencial crítico da antropologia em relação às teorias econômicas vigentes — o que pode ser verificado ao longo de toda sua produção até os dias de hoje.¹³

Nos dias atuais, em que o campo da antropologia é muito maior e mais diversificado, o interesse pela economia faz fronteira com diversos outros assuntos que apaixonam os antropólogos: os mecanismos da cognição humana (vinculados especificamente à compreensão das formas de cálculo, por exemplo); o mundo da ciência (no caso, a ciência econômica); o universo das transações (e as ambiguidades entre os regimes do interesse e da generosidade); as relações entre as pessoas e os objetos (os estudos do consumo); ou os vínculos entre as modalidades de governo (as formas de governabilidade), a implementação de políticas econômicas (voltadas para os mercados e para a moeda) e a construção de culturas econômicas.

Esses assuntos esboçam uma agenda que formula objetos de reflexão próprios, afastando-se das questões colocadas pela economia e do lugar que a ciência econômica reservava à sociologia e à antropologia como auxiliares secundárias no estudo do que

¹¹ Embora nas leituras da época talvez não fosse tão evidente o diálogo com as questões econômicas, o trabalho de Gilberto Velho (1998 [1975]) também inaugurava uma série de preocupações hoje reconhecidas pelos antropólogos interessados pela economia — notadamente, como veremos, entre aqueles que estudam o “consumo”.

¹² À luz dessas formas de praticar a antropologia e de se relacionar com as tradições nacionais e internacionais da disciplina, resulta no mínimo banal a proclamação (inspirada em Latour, 1994) da “antropologia simétrica” como fixando uma nova agenda para a disciplina. ~~Essas bandeiras só fazem sentido para aqueles que acreditam (ainda que por negação) no exotismo dos “outros”, esquecendo que o verdadeiramente interessante da antropologia é que ela (sempre) manteve pelo menos um dos olhos em “nós” mesmos.~~

¹³ Esse é o caso de Afrânio Garcia Jr., José Sérgio Leite Lopes e Marie-France Garcia. Algumas intervenções em debates econômicos, como “distribuição de renda”, “emprego” e “cálculo”, podem se ver, respectivamente, em Leite Lopes (1975 e 1978), e Garcia Jr. e Heredia (1971). Os programas dos primeiros cursos de antropologia econômica, oferecidos por Luiz de Castro Faria, podem ser consultados em Castro Faria (2006, pp. 77 e ss). Sobre o contexto de implantação e os projetos coletivos de pesquisa desenvolvidos no PPGAS/Museu Nacional, oferecendo pistas para compreender o interesse dos antropólogos pela economia naquele momento, ver Garcia (2009).

seria a dimensão não econômica (“social” ou “cultural”) dos fenômenos econômicos — aquilo que os economistas consideram “externalidades” ao que seriam os fatos verdadeiramente econômicos.¹⁴

Nesse movimento, os antropólogos interessados pela economia no Brasil, da mesma forma que seus colegas de outros países, encontraram afinidade com algumas novas correntes surgidas da própria ciência econômica — como a *behavioral economics* ou a *neuroeconomics* — que pretendem colocar em questão os paradigmas predominantes da economia neoclássica. Ao mesmo tempo, historiadores e sociólogos aproximaram-se dos antropólogos, conferindo um caráter cada vez mais transdisciplinar às pesquisas nessa área — fala-se, atualmente, nos estudos sociais da economia, na socioantropologia da economia etc. (expressões que são usadas como sinônimos ao longo deste texto). Volumes coletivos, números especiais de revistas, eventos científicos, além de artigos e livros, desenharam um campo de interesse informado por uma mesma sensibilidade compreensiva. Vejamos, agora, mais de perto, algumas das principais questões que organizam essas indagações.¹⁵

O universo das transações e os sentidos do dinheiro

Um dos campos privilegiados de observação dos antropólogos interessados na economia é o universo das transações, principalmente aquelas nas quais o dinheiro está presente. O foco nas transações acompanha a distinção estabelecida por autores como Karl Polanyi et al. (1957), George Dalton e Paul Bohannan (1965), em meados do século XX, entre o mercado como princípio abstrato de organização da vida coletiva — é a ele que remetem expressões usadas pelos economistas como “sociedade de mercado” — e os “lugares dos mercados”, nos quais acontecem as trocas concretas entre pessoas de carne e osso, como as feiras, as praças, as ruas e os circuitos comerciais.

¹⁴ Voltaremos, no final do artigo, às relações entre os objetos da antropologia da economia e os da ciência econômica. Basta lembrar, por enquanto, a célebre e extremamente influente formulação de Talcott Parsons sobre as disciplinas sociais (antropologia e sociologia) como colaboradoras da economia no estudo das formas de “integração social”.

¹⁵ É preciso esclarecer que o mapa do campo da antropologia da economia apresentado neste artigo privilegia textos publicados e só eventualmente menciona teses ou dissertações. As citações não pretendem ser exaustivas, mas tão somente apontar núcleos temáticos. Infelizmente, um domínio complexo e sem fronteiras definidas como esse sempre deixa margem para ausências involuntárias.

Tal distinção foi extremamente fértil nas primeiras etnografias sobre transações realizadas no Brasil, no início da década de 1970, que mostram a riqueza de sentidos e de práticas associados às trocas concretas, explorando as consequências teóricas dessas descrições. A etnografia das transações e dos sentidos das trocas provou-se estratégica para a compreensão das transformações sociais no mundo da plantação de cana-de-açúcar, no Nordeste, evidenciando as relações entre o crescimento das “feiras livres”, o declínio dos “barracões” e das “feiras de usina”, e a expulsão de mão de obra dos engenhos (p. ex., Palmeira, 1970; Garcia, M. F., 1977 e 1993; e Sigaud, 1983).¹⁶

Nesse mesmo universo social, realizaram-se as primeiras pesquisas que permitiram compreender etnograficamente os sentidos sociais do dinheiro, notadamente no que diz respeito a seus significados no processo de expansão do trabalho assalariado no campo. Afinal, do ponto de vista das pessoas, o dinheiro é recebido em troca do quê? De uma unidade de tempo trabalhada? De uma quantidade de objetos produzidos? Como reconhecimento de um direito adquirido? Visando bens e serviços pelos quais poderá ser trocado? Atentando para as diferentes palavras que designam as remunerações — salário, pagamento, ganho, apurado, décimo etc. —, é possível observar como o dinheiro pode ser classificado segundo as suas origens e os seus destinos: alimentos, roupa, serviços ou ocasiões rituais (Sigaud, 1977; Leite Lopes, 1976; Heredia, 1979).¹⁷ Descobre-se assim que, para os sujeitos singulares, o pagamento assume sentidos diversos. Em um convívio tenso entre dimensões qualitativas e quantitativas, o dinheiro deixa de ser um objeto abstrato, puramente numérico.

Essas pesquisas ensaiaram os primeiros passos daquilo que, inspirados nas elaborações de Malinowski (1935) sobre a magia, poderíamos chamar de “teoria etnográfica” do salário e do dinheiro. Elas mostraram como, ao contrário do que é consenso entre os economistas, o dinheiro é revestido de sentidos singulares, marcado por suas origens e usos. Assim, trilhava-se um caminho situado na vanguarda do que viria a ser a mais contemporânea socioantropologia do dinheiro (ver especialmente Zelizer 1998; e também Parry e Bloch, 1989; Gregory, 1997). Mais uma vez, não se

¹⁶ Em um texto que influenciou especialmente os trabalhos desenvolvidos no Brasil, a partir do início da década de 1970, Sidney Mintz e Eric Wolf (1957) mostraram o caráter peculiar da plantação: ao mesmo tempo um sistema escravista fundado na imobilização da mão de obra e uma empresa capitalista integrada ao mercado mundial.

¹⁷ A etnografia das transformações no mundo da pesca, atentando, entre outras coisas, para os sentidos do salário, foi também um dos eixos da pesquisa realizada por Duarte (1999 [1978]) na região de Jurujuba.

trata aqui de desenhar dimensões exóticas ou marginais às trocas mercantis, e sim de mostrar como elas invariavelmente constituem-se a partir de pontos de vista e em contextos de interação diversos.

Por outra parte, as transações nas quais o dinheiro está presente possuem (como todas as transações, aliás) conteúdos morais. Dependendo do contexto, o intercâmbio de uma quantidade de dinheiro por um bem ou serviço pode ser considerado como justo e correto ou carregado de valores negativos e estigmatizado como um índice de mercantilização. Essa ambiguidade inerente às trocas e singularmente marcada nas ocasiões em que o dinheiro está presente observa-se particularmente em pesquisas recentes relativas a temáticas ligadas ao corpo e à sexualidade, às práticas religiosas e ao universo das relações familiares. Trata-se de três áreas nas quais a antropologia brasileira tem tido grande desenvolvimento nos últimos anos e que invocam universos que, em determinadas circunstâncias, aparecem como antinômicos àqueles do comércio e do lucro, associados às transações monetárias. Temos aí pesquisas que tratam de assuntos como a prostituição (Gaspar, 1984; Fonseca, 1996; Piscitelli 2006; Piscitelli e Vasconcelos, 2008; Russo, 2007), a indústria pornográfica (Diaz, 2010) e o tráfico de pessoas (Piscitelli e Vasconcelos, 2008, Kempadoo 2005).¹⁸ Quais são os valores associados ao pagamento pelo uso dos corpos envolvidos na venda de serviços sexuais? Como são vivenciadas por vendedores e clientes as tensões entre a estigmatização e a profissionalização implicadas nessas transações?¹⁹

As ambiguidades e ambivalências dos sentidos das trocas que envolvem dinheiro evidenciam-se igualmente no universo das práticas religiosas (Vogel et al., 1987; e, especialmente, Baptista, 2007). As pesquisas realizadas nesse domínio reafirmam uma propriedade das transações: não há significados únicos ou homogêneos, eles são sempre contextuais. Algo que em determinada situação e para algumas pessoas pode ser o preço justo por um serviço religioso, em outra ou para outros pode ser visto como uma exigência excessiva por parte de um charlatão. A eufemização do pagamento, o fato de ele às vezes ser oculto, ou ainda as situações nas quais as pessoas evitam o contato físico com o dinheiro — como quando ele é depositado dentro de envelopes ou gavetas

¹⁸ A comercialização dos corpos abre uma série de frentes de pesquisa (como as da dança e do esporte) talvez ainda pouco trilhadas (não somente pela antropologia feita no Brasil). Exceção em nosso país são os trabalhos de Damo (2007 e 2008), Rial (2008) e Giacomini (2006).

¹⁹ Sobre a mercantilização dos corpos, ver também Scheper-Huges e Wacquant (2003) e, especificamente, sobre o mercado de órgãos, ver o recente livro de Steiner (2010).

— revelam o seu caráter potencialmente poluidor no fluxo das interações. Contudo, que esse valor negativo seja atribuído de fato a uma troca ou a uma pessoa (motivando uma ruptura nas relações) é algo que sempre depende de contextos e de pontos de vista que devem estar no centro da atenção dos pesquisadores interessados em descobrir o sentido das transações.

Isso se verifica igualmente nos laços de intimidade e, particularmente, no âmbito das relações familiares. Famílias e negócios (Grun, 1992; Piscitelli, 2006),²⁰ emprego doméstico (Brites, 2001 e 2007; Kofes, 2001),²¹ adoção de crianças (Fonseca, 2002, 2006 e 2007)²² e, ainda, remessas de valores dos emigrados para os seus parentes no país de origem (Martes e Weber, 2006)²³ são alguns dos contextos de interação no qual são acionados os esquemas de valores que Viviana Zelizer (2006) muito adequadamente chamou de “mundos hostis”, que separam afetividade de racionalidade, a partir de ideais de pureza e de contaminação que legitimam a existência de especialistas e de especialidades encarregados de regular as relações entre esses universos construídos como autônomos e contraditórios: família e afetos de um lado, dinheiro e interesse do outro.²⁴ Ao contrário, pesquisas como as aqui mencionadas mostram que, como já disse Marcel Mauss a propósito do dom, todas as relações são híbridas, descrevem “vidas conectadas” (como diria mais uma vez Zelizer), restituindo a humanidade dos vínculos aos sujeitos sempre plenos de ambivalências, desejos e interesses.²⁵

Vale a pena insistir em dois pontos. Primeiro: não se trata de subestimar o fato de que as pessoas separam o afeto, a generosidade e o desinteresse do lucro, da ambição e do interesse. Trata-se de compreender em que condições tais separações são produzidas e experimentadas, observando ao mesmo tempo que, no fluxo das relações humanas, os valores apresentam-se de forma totalizadora. Segundo: quando os antropólogos estudam

²⁰ Na literatura internacional sobre esses assuntos, ver também Yanagisako (2002), e Pina-Cabral e Pedroso de Lima (2000). Em outro registro, focado na reprodução diferencial de três famílias, ver Duarte e Gomes (2008).

²¹ Para observar a profundidade histórica dessas relações no Brasil, ver Graham (1992).

²² Ver Zelizer (1994) para uma compreensão mais geral sobre o sentido de “dar preço” àquilo que “não tem preço”, como as crianças. Ambigüidades semelhantes a respeito das relações entre valores e preços foram analisadas também no mundo da arte (ver, p. ex., Miceli 1996).

²³ Ver também Grun (2003) sobre as estratégias de reprodução de famílias de imigrantes armênios em São Paulo.

²⁴ Há uma legião de especialistas encarregados de lidar com as relações entre economia e família, notadamente, os advogados que tratam de heranças, pensões, divórcios etc. (ver Zelizer, 2006; Luzzi e Neiburg, 2009).

²⁵ Sobre a temática do dinheiro no âmbito da família, ver também o dossiê especial organizado pela revista *Terrain* em 2005.

transações monetárias no âmbito das famílias (heranças, divórcios, diretórios de empresas, remessas), mais uma vez não se referem a aspectos colaterais, mas a fluxos monetários centrais na estruturação do capitalismo contemporâneo.

Esse é também o caso de outro conjunto de assuntos que tem sido objeto de crescente interesse por parte dos antropólogos: as fronteiras entre as práticas econômicas tidas como legais e as ilegais, associadas, por exemplo, à pirataria, ao contrabando e ao tráfico de drogas, de armas, de órgãos ou de pessoas. A partir dos anos 1980 (ver, p. ex., Zaluar, 1984), teve início um conjunto de pesquisas que procura compreender a lógica das transações tidas como ilegais para além dos quadros normativos que tão somente as condenam. Seja observando de perto as formas de reprodução das famílias e dos sujeitos — adultos, jovens e crianças ligadas ao tráfico (Barbosa, 1997; Dowdney, 2003; Zaluar, 2001 e 2004) —, seja focando explicitamente o comércio, a “boca” ou o “movimento” (Misse, 2007), trata-se de descrever etnograficamente o sentido da inserção dos sujeitos em determinados circuitos comerciais que envolvem relações tensas com a polícia, com a justiça e com redes concorrentes — que são, ao mesmo tempo, redes comerciais e de sociabilidade.

A partir da etnografia, i.e., da observação minuciosa dos sentidos que as transações possuem para as pessoas nelas envolvidas, essa frente de pesquisa pode ainda hoje contribuir significativamente para a compreensão da lógica de organização dos mercados. Ela se comunica com os trabalhos que, também desde o início da década de 1970, vêm sendo feitos no campo da chamada “economia informal” (ou do “mercado informal de trabalho”, como no caso de Silva, 1971, 1993, 2002).²⁶ Mas o que é “informal”? Para quem? E em que contextos? Mais ainda, qual é o sentido da legalidade ou da ilegalidade para as pessoas que comerciam em espaços nos quais ela é colocada em dúvida, como nas regiões das fronteiras nacionais, onde o comércio confunde-se com o contrabando?²⁷

Na verdade, o que para uns é ilegal e tido como condenável, para outros pode significar um mundo de oportunidades. Sendo assim, como fazer para capturar analiticamente uma transação que de um lado da fronteira é perfeitamente aceitável, mas do outro vira objeto da ação policial? Trata-se de produzir uma visão compreensiva

²⁶ É preciso lembrar também os importantes trabalhos recentes de Araújo Guimarães (p. ex., 2009a e 2009b).

²⁷ É o caso da Tríplice Fronteira, analisado por Rabossi (2008a).

de grandes fluxos comerciais, estudando por meio de um permanente jogo de escalas (para utilizar a já célebre fórmula de Revel, 1988) os sentidos das trocas para pessoas singulares que vendem e compram para revender, atravessando fronteiras, e também para os agentes das instituições que regulam (ou não) esses circuitos (ver também Rabossi, 2008a).

Algo semelhante se passa nas cidades, no universo do comércio ambulante dos chamados camelôs e das feiras. O que a etnografia tem mostrado (por exemplo, Ostrower, 2006; Pires, 2010) não é somente um campo de possibilidade de geração de lucros, mas jogos permanentes entre planos institucionais diversos que ora regulam, ora desregulam essas atividades; trajetórias sociais de pessoas singulares que levam a vida e desenvolvem habilidades e vocações comerciais em movimento — às vezes, em longas ou longuíssimas distâncias, como é o caso do circuito comercial Caruaru-Cidade do Leste, estudado por Rabossi (2008b), ou do circuito China-Paraguai-Brasil, analisado por Pinheiro-Machado (2008).

A praça de mercado pode ser um lugar fixo (a feira) ou móvel (um circuito), mas desde os trabalhos clássicos de Fernand Braudel (1998 [1976]), sabemos que esses lugares de trocas (1) são constitutivos do capitalismo, articulando fluxos de pessoas e objetos em várias escalas, (2) não são “somente” lugares de comércio, mas também espaços de sociabilidade, contextos de interação entre seres humanos com histórias e características singulares;²⁸ (3) sua análise nos obriga a aproximar a antropologia dos mercados da antropologia da política, das autoridades que regulam os fluxos e do Estado — voltando mais uma vez às clássicas questões colocadas por Karl Polanyi (2000 [1944]) em meados do século passado.²⁹

Porém as interrogações sobre os sentidos do dinheiro percorrem também outros caminhos. Por um lado, são produzidas pesquisas que observam as representações do dinheiro na cultura popular (Oliven, 1997) ou que descrevem traços de culturas monetárias nacionais (Oliven, 2001). Por outro, há etnografias recentes que enfocam situações de instabilidade ou, como dizem os especialistas, de “doença” monetária, como foi o caso do longo período de inflação experimentado pelo Brasil nas últimas

²⁸ Essa é uma dimensão que pode ser encontrada especialmente nos trabalhos que tratam de comércio e etnicidade, como Cunha e Mello (2006) e Rabossi (2007).

²⁹ Problemáticas semelhantes a partir de perspectivas teóricas e empíricas afins com as aqui mencionadas podem ser encontradas também em Neiburg e Nicaise (2009, 2010), a propósito dos circuitos comerciais, da sociabilidade, da política nacional e da cooperação internacional relativos aos universos da água e do lixo nos bairros pobres de Porto Príncipe, Haiti.

décadas do século passado. Quais são os sentidos das moedas que perdem valor aceleradamente? Quais as estratégias das pessoas e das famílias para se defenderem ou tirarem proveito da inflação?³⁰

Por outro lado, nas situações de inflação as moedas proliferam. As pessoas — aquelas que podem, é claro, i.e., que possuem um mínimo de dinheiro — manipulam divisas estrangeiras, cheques pré-datados, cartões de crédito e, às vezes, fazem também cálculos e regulam contratos (aluguéis, salários etc.) utilizando unidades de medida diferentes dos meios de pagamento — como aconteceu no Brasil com os indicadores de inflação e com os números que orientavam o sistema de indexação ou correção monetária (ORTN, URP, URV, UFIR). Por essa via, a antropologia do dinheiro aproxima-se da antropologia dos números, das formas de mensuração e de cálculo (ver, p. ex., Neiburg, 2010a e 2010b).³¹ Como veremos mais adiante, nesse campo, a antropologia da economia aproxima-se igualmente da antropologia da ciência — notadamente, da ciência econômica, tida como encarregada de lidar com as doenças monetárias (Neiburg, 2006).

Contudo, processos inflacionários podem ter manifestações ainda mais locais, como bem mostrou Gordon (2006), em sua etnografia dos sentidos do dinheiro e das mercadorias entre os índios Xikrin, em um dos raros trabalhos sobre populações indígenas brasileiras a focar questões próprias à antropologia da economia contemporânea. A etnografia (no sentido mais clássico do termo) permite compreender a lógica particular de intensificação do consumo experimentada pelos Xikrin a partir do contato com a Companhia Vale do Rio Doce. O dinheiro e os objetos adquiridos — que, na verdade, são e não são mercadorias, tudo dependendo, mais uma vez, do ponto de vista e do momento no fluxo das trocas — inserem-se nas formas Xikrin de experimentar as relações com os não Xikrin. Por essa via, podemos compreender os processos sociais e os sentidos que dimensões do desenvolvimento capitalista contemporâneo do Brasil podem ter para os índios, associadas às imagens de povos que habitam a floresta e consomem em padrões que poderiam ser tidos como urbanos.

³⁰ Sobre a intensificação do consumo como estratégia de defesa, ver O'Dougherty (2002); sobre as “moedas doentes”, ver Neiburg (2007 e 2010b). Ver também DaMatta (1993).

³¹ Sobre o lugar que a etnografia de situações de “decalagem” entre unidade de conta e meio de pagamento possui na antropologia do dinheiro, ver o caso das “moedas imaginárias” analisado por Neiburg (2010c). Sobre a etnografia das práticas ordinárias de cálculo e de mensuração, ver também Weber, F. (2002) e Guyer (2004).

Por essa via, voltamos a outro dos temas clássicos da antropologia da economia, que observa a expansão do sistema capitalista desde finais do século XVI, tentando capturar o ponto de vista das populações colonizadas: a tensão entre a indigenização do dinheiro e dos objetos tidos por outros como mercadorias — convertidos em outra coisa, uma vez incorporados aos sistemas culturais locais — e a transformação desses sistemas como resultado do contato com o mercado e o dinheiro.³² Em suma, formas alternativas de conceber e processar as relações entre as pessoas e as coisas.

Relações entre pessoas e coisas

Há bastante tempo a antropologia tem mostrado como o capitalismo envolve um regime particular de relações entre pessoas e coisas (p. ex., Dumont, 1977). Indivíduos de um lado, mercadorias do outro; transações de compra e venda fugazes, mediadas por dinheiro, após as quais as partes estariam “quites”. Porém a disciplina tem igualmente ensinado como mais do que conteúdos homogêneos de trocas sempre iguais umas às outras, trata-se antes de um modelo cultural, de um ideal coerente com aquele do “mercado perfeito” teorizado pela economia neoclássica, no qual compradores e vendedores seriam indivíduos anônimos, intercambiáveis, que mantêm relações pontuais e possuem informações equivalentes sobre a lógica das trocas e a disponibilidade dos bens adquiridos ou desejados. Essa cosmologia (Sahlins, 2004a, 2004b), embora deva ser analisada, não dá conta da complexidade das relações entre as pessoas, entre as pessoas e as coisas, e entre as pessoas e o dinheiro. Eis, mais uma vez, o campo da etnografia.

Uma área na qual essas interrogações têm se tornado férteis nos últimos anos é a da chamada “antropologia do consumo”. Quais são os sentidos de ir às compras? Quais os significados de comprar determinadas coisas e não outras? Como se organizam os orçamentos pessoais e familiares em função de padrões de consumo? De que modo objetos anônimos (como aqueles que se encontram, todos iguais, nas prateleiras de shoppings e supermercados) transformam-se em bens individualizados, envolvidos por afetos e vínculos pessoais? Que lugar possui a obtenção de determinados bens (e, às vezes, a sua exibição, como já mostrou Malinowski a propósito dos objetos kula

³² Essa tensão exprime-se, por exemplo, nas posições polêmicas de Marshall Sahlins (1985) e Nicholas Thomas (1996).

pendurados nas casas trobriandesas) na construção de mecanismos de distinção ou de percursos de ascensão social? De que modo se alteram os padrões de consumo? Quais são os processos sociais que permitem compreender os gostos e as suas transformações, as modas?³³

Reuniões científicas, livros, coletâneas, números especiais de revistas demonstram a vitalidade dessas indagações no Brasil (por exemplo, Leitão, Pinheiro-Machado e Lima, 2006; Oliven e Pinheiro-Machado, 2007; Barbosa, Portilho, e Veloso, 2009). A difusão de padrões de consumo por meio de modelos culturais veiculados na mídia (Almeida, 2007), os vínculos entre formas de se relacionar com os objetos e a construção de identidades etárias ou de gênero (Pinto, 2006); as associações entre consumo e “lazer” (Arantes, 1993); os caminhos da internacionalização das modas ou da exportação dos gostos (Leitão, 2007); os laços entre consumo e sociabilidade (Barbosa et al., 2009); enfim, os vínculos entre consumo e estilos de vida — como no caso da generalização do uso de determinados medicamentos (Azize, 2006) —, entre consumo e saúde (Barone, 2007) ou entre consumo e identidades religiosas (Pinto, 2006) são só algumas das áreas nas quais se pode verificar o dinamismo dessas pesquisas.

Por outro lado, o trabalho de Bevilaqua (2008) sobre as associações de consumidores e os conflitos no “mercado de consumo” apontam para a necessidade de se interrogar sobre a própria palavra “consumo”, sobre os seus sentidos e a sua gênese social. Afinal, trata-se de uma categoria cujos sentidos contemporâneos referem-se pelo menos a dois contextos. De um lado, às estatísticas sobre “custo de vida” que medem as despesas e os padrões de consumo, a partir de “cestas básicas”, para construir Indicadores de Preços ao Consumidor (como o IPC, por exemplo);³⁴ de outro lado (e principalmente), às ciências do marketing, orientadas pela lógica das empresas, preocupadas em detectar e estimular segmentos de mercado, atraindo clientes a partir de técnicas de medição e análise de gostos e comportamentos.³⁵ A compreensão do fato

³³ Trata-se de assuntos clássicos da antropologia, em relação aos quais os autores contemporâneos se beneficiam de uma longa tradição, na qual não podem deixar de ser mencionados, entre outros, Appadurai (1986), Bourdieu (1979); Carrier (1995); Douglas e Isherwood (1996), Miller (1998 e 2001) e Thomas (1991).

³⁴ A respeito dos cálculos numéricos do custo de vida e dos índices de preços, ver Neiburg (2010a, 2010b).

³⁵ Sobre marketing, ver Cochoy (1999). Para uma etnografia das relações entre mercado e política no universo do marketing político, ver Scotto (2004).

social e cultural do “consumo” exige incorporarmos esses objetos. Isso permitirá de forma ainda mais radical que se critique etnograficamente essa noção (tomando-a como uma verdadeira “categoria nativa”) e, com isso, que nos afastemos da naturalização do “consumo” implícita nos universos do mercado e do marketing.

As relações entre pessoas e coisas permitem ainda observar a construção de novas categorias sociais, como mostrado pelas pesquisas de Lima (2007a, 2007b e 2008a) a propósito da chamada “sociedade emergente”, associada também a uma ética do trabalho e da valorização do “sucesso”, surgida a partir da década de 1990.³⁶ O fato de que uma ética semelhante tenha sido observada entre setores populares urbanos, como os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus (Lima, 2008b), assinala mais do que simples confluências temporais: transformações significativas nas relações de diversos setores da sociedade brasileira com o dinheiro, o trabalho e as mercadorias.

Na linha de uma das principais demonstrações das disciplinas sociais — de autores como Mauss (2003 [1922]), Malinowski (1978 [1922]), Simmel (1999 [1909]) e Weber (2001 [1904]) —, a atribuição de determinados sentidos a formas de ser e de se relacionar com os objetos (entre eles, as mercadorias e o dinheiro) é parte constitutiva do processo de criação dos sujeitos.³⁷ A subjetivação das coisas e a objetivação das pessoas fazem parte de um mesmo universo no qual se processam as relações humanas e suas transformações.³⁸

Sujeitos sociais e argumentos morais, especialistas e culturas econômicas

Certamente, uma das questões fundadoras da antropologia da economia refere-se às motivações que orientam as ações dos sujeitos. Essa era uma dimensão central do programa de pesquisas de Max Weber, inaugurado com as suas monografias sobre as relações entre crenças religiosas e éticas econômicas (Weber, 2001 [1904]). Duas

³⁶ Sobre as relações entre consumo e diferenciação social, ver também Leitão e Pinheiro-Machado (2006).

³⁷ É importante lembrar que a principal motivação desses autores, que pertencem à primeira geração de sociólogos e antropólogos, era compreender os sentidos contemporâneos da modernidade (de maneira crucial, a partir de comparações com outras formas de se organizar a vida social). Foi nesse contexto que as primeiras interrogações sobre os sentidos sociais da economia foram desenvolvidas em início do século XX.

³⁸ Cavalcanti (2009) estudou questões dessa natureza no plano das relações entre as pessoas (e suas famílias) e suas moradias nas favelas do Rio de Janeiro, jogando luz — a partir da subjetividade dos moradores — em mudanças-chave em curso nos mercados imobiliários dessas regiões das grandes metrópoles brasileiras.

linhagens de questões, estreitamente vinculadas entre si, podem ser reconhecidas na literatura mais contemporânea. De um lado, os trabalhos centrados mais especificamente nos argumentos morais que legitimam determinada ética econômica (como Hirschman, 1977 e 1986; mais recentemente, Boltanski e Chiapelo, 2009 [1999]; e Fourcade e Healy, 2007). De outro lado, as pesquisas que enfocam a sociogênese de determinados sujeitos e *habitus* econômicos (Bourdieu, 2000 e 2003).

Em nosso país, nos últimos anos, tem se produzido um volume expressivo de trabalhos que tratam destes assuntos: empreendedores (como no caso do texto já citado de Lima, 2008b), pessoas que “vão à luta” (Müller, 2009), novas categorias de pequenos empresários urbanos (Grun, 1999 e 2000), fabricantes de calçados (Baldi e Vieira, 2006), produtores de leite (Magalhães 2009) e transformações em setores industriais, como no caso dos laticínios (Raud, 2008). Sob corte mais sociológico do que propriamente etnográfico (p. ex., e de maneira bastante diferente entre si, Martes, 2009; Wilkinson, 2008), um conjunto de pesquisas exprime abordagens teóricas igualmente variadas que dialogam especialmente com a noção de “rede” — na vertente de Granovetter (1983) e na da chamada teoria ator-rede (p. ex., Latour, 2005) —, mas também com o chamado neoinstitucionalismo e com as teorias da “imersão” (*embeddedness*).³⁹

Porém outras duas áreas destacam-se nas análises da emergência de novos sujeitos econômicos nos estudos recentes realizados no Brasil. Ambas exprimem particularmente bem a natureza das transformações atravessadas pelo País nas últimas décadas. Uma dessas áreas refere-se às mudanças no mundo rural, às atividades econômicas derivadas da reforma agrária, à difusão do crédito e do agronegócio; a outra centra-se na expansão do mundo das finanças.

Como bem mostram Heredia, Palmeira e Leite (2009), em um texto que analisa as transformações ocorridas nos últimos anos no norte mato-grossense, no Triângulo Mineiro e no oeste baiano, a associação entre modernidade e agricultura tem uma longuíssima história em nosso país, sendo invariavelmente citada quando se trata de justificar a expansão de novas fronteiras agrícolas.⁴⁰ De fato, a partir de finais dos anos

³⁹ Para um panorama desses debates em textos publicados no Brasil, ver, entre outros, Granovetter (2009 [1985]), Filgstein (2009 [2001]) e Swedberg (2004).

⁴⁰ Num contraponto comparativo – centrado nas percepções das pessoas que moram no meio urbano da Zâmbia contemporânea sobre o sentido das mudanças e suas expectativas a respeito da modernidade – vale a pena lembrar o trabalho de James Ferguson (1999).

1980, um novo léxico dá conta da modernidade rural brasileira: agronegócio, agrobusiness, agroindústria etc.⁴¹ Cada uma dessas expressões revela formas, às vezes, concorrentes de imaginar o presente e o futuro do campo no país (a propósito, ver Garcia e Palmeira, 2001), mas todas elas designam um mesmo (e significativo) processo de transformação em curso e o surgimento de novas configurações sociais: povoados que emergem ou se transformam, populações que adquirem novos padrões de consumo, novas maneiras de estabelecer relações de trabalho, novos especialistas e especialidades, novos mercados, novas tecnologias, novas formas de produzir, comerciar e financiar os empreendimentos — como o mundo das microfinanças ao qual a literatura recente tem dado bastante atenção (p. ex., Abramovay et al., 2004; Magalhães e Abramovay, 2007; Magalhães e Junqueira, 2007).⁴²

Além das análises sobre microfinanças, desenvolve-se no Brasil um incipiente, porém muito rico, grupo de estudos sobre as transformações no mercado financeiro, em sintonia com uma das subáreas mais dinâmicas dos estudos sociais da economia no plano internacional.⁴³ Nesse conjunto de pesquisas, merece destaque o estudo etnográfico de Müller (2006) sobre a Bolsa de Valores de São Paulo. Embora as bolsas existam desde o início da modernidade europeia, elas continuam a ser espaços misteriosos para leigos, ao mesmo tempo que estratégicos para o desenvolvimento do capitalismo. A etnografia de Müller — como várias outras publicadas mais ou menos na mesma época fora do Brasil⁴⁴ — aborda o coração do sistema financeiro sem exotizá-lo e permite compreender que a bolsa é um espaço social como outro qualquer, no qual pessoas de carne e osso se relacionam com objetivos específicos (produzir lucro para si próprios e para seus clientes), jogando com capacidades e trajetórias específicas e dando vida a emoções e interesses singulares.

⁴¹ Para o estado da arte da produção recente sobre agronegócios no Brasil, numa perspectiva mais sociológica do que etnográfica, ver Wilkinson (2010 e 2007) e Andrade (2008).

⁴² Cabe assinalar que o mundo das microfinanças, às vezes, se confunde com a idealização de formas alternativas de organizar a atividade econômica, em curso atualmente no Brasil, e que também tem merecido atenção por parte dos analistas, como no caso da “economia solidária” ou da “economia ecológica”. A este respeito, ver Motta (2010), Abramovay (2009) e Abramovay et al. (2010), restringindo as referências aos trabalhos de caráter mais analítico e menos militante. O mesmo pode ser dito para as pesquisas que estudam os sentidos e as transformações ocorridas nos processos de ocupação de terras (Sigaud, Rosa, Macedo, 2008) ou nos assentamentos de reforma agrária (Palmeira et al., 2004).

⁴³ Expressão desse dinamismo no Brasil pode ser constatada na recente coletânea de Mondadore, Pedroso Neto, Leite, Jardim e Sartore (2009).

⁴⁴ Como Heertz (1998), Abolafia (2001), Miyazaki (2003), Godechot (2005) e Zaloom (2006). Para uma visão de conjunto da literatura sobre finanças, ver Knorr-Cetina e Preda (2005).

Ao mesmo tempo, outros estudos mostram como as mudanças recentes no espaço das finanças exprimem transformações mais gerais da sociedade brasileira e, especificamente, do campo do poder no País, com a ascensão de novos agentes sociais e o conseqüente declínio de antigos. Fundos de pensão e governança corporativa são duas das expressões-chave desse mundo em transformação (ver particularmente Grun, 2007, 2010).

A antropologia das finanças coloca os pesquisadores em estreito contato com as novas tecnologias da economia, com novos dispositivos, teorias e fronteiras para o capitalismo, como os mercados derivativos, com uso cada vez mais intenso de instrumentos digitais que funcionam 24 horas por dia, todos os dias do ano, e que parecem realizar o ideal do mercado perfeito (a esse respeito, ver o estudo de Marie-France Garcia, 2003 [1986]).

As novas tecnologias baseiam-se em saberes e disciplinas, o que traz de volta a questão das relações entre os dois sentidos da palavra *economia*: um conjunto de instituições e práticas e um conjunto de ciências e teorias. A interrogação sobre a relação entre eles — em inglês, respectivamente, *economy* e *economics* — ganhou forte impulso após a publicação, em 1998, da coletânea organizada por Michel Callon, *The Laws of the Market*. A antropologia da economia reencontra-se assim com uma longa e rica tradição que remonta, pelo menos, aos estudos de Karl Polanyi (2000 [1944]), que considerou os efeitos do fervor religioso dos adeptos do liberalismo na grande transformação que comoveu a Europa no século XIX; de Michel Foucault (1994), que identificou o papel das disciplinas na construção de regimes de governabilidade (administração de populações em bases “científicas”); e de Pierre Bourdieu (1981), que apontou para a rentabilidade de compreender os “efeitos das teorias” sobre o mundo social. Ao situar a análise do lugar da economia a partir da questão da performatividade (formulada dessa forma pelo próprio Callon⁴⁵), os trabalhos mais recentes confluem com a antropologia da ciência, igualmente preocupada com os efeitos que a atividade dos especialistas tem fora dos laboratórios.

⁴⁵ Ou de economização, como a denominaram mais recentemente Çaliskan e Callon (2009 e 2010).

Embora a literatura internacional insista nas discussões em torno da questão da performatividade no plano da microeconomia,⁴⁶ entre nós as atenções também se voltaram para o plano da macroeconomia — como no estudo da contribuição dos especialistas aos processos inflacionários (Neiburg, 2006 e 2007). Por essa via, também é possível observar os efeitos não desejados da atividade dos cientistas, as relações de verdadeira circularidade existentes entre as teorias e as práticas econômicas eruditas e ordinárias (não só a dimensão performativa da ciência “sobre” o mundo social) e, por fim, as relações entre a atividade científica (dos economistas) e a elaboração e implementação de políticas de governo.⁴⁷

Conclusões

Em 1992, o economista da Universidade de Chicago Gary Becker recebeu o Prêmio Nobel pelo fato de, segundo o júri, “ter estendido as análises econômicas a outras áreas das relações e comportamentos humanos, incluindo aqueles não mercantis”, como as relações familiares e a criminologia, campos de estudo até então reservados às “outras disciplinas sociais, como a sociologia e a antropologia”.

Certamente, o desafio lançado por Becker não é novo. O seu programa é simples e recupera uma ambição fundadora da disciplina econômica: aplicar os mesmos princípios de análise a todo comportamento humano, dotando de um estatuto verdadeiramente ontológico à ideia de *Homo economicus*. Ele evoca igualmente as polêmicas que, na década de 1960, instigavam as paixões dos antropólogos, confrontando aqueles que, como os chamados “formalistas”, consideravam (tal como os economistas) que todos os seres humanos estavam orientados pelo mesmo tipo de comportamento (racional e maximizador de recursos escassos) e os chamados “substantivistas”, mais abertos a pensar formas de organizar as relações entre as pessoas e as coisas distintas daquelas próprias dos ideais que orientam a “sociedade de mercado”.⁴⁸

⁴⁶ Ver, por exemplo, a polêmica entre Miller (2002) e Callon (2005) – que parece reproduzir o antigo debate entre formalistas e substantivistas na antropologia econômica das décadas de 1960 e 70 – e, mais recentemente, a coletânea organizada por Mackenzie, Muniesa e Siu (2007).

⁴⁷ Ver nesse sentido o texto de Garcia Jr. (1998) sobre Celso Furtado e a invenção do Nordeste. Nessa mesma linha, ver também Braum (2009), Cruz (2005) e Onto (2010). No trabalho de Miranda (2002) sobre os auditores da Receita Federal é possível estabelecer algumas pontes com os anteriores.

⁴⁸ A primeira intervenção nesse debate, no Brasil, foi a de Leite Lopes, 1971. Para uma crítica recente ver Lazaer (2000).

Hoje em dia, o debate certamente ganha outras modulações e envolve outras urgências. A posição de destaque das ciências econômicas e sua legitimidade pública contribuem para que, imperceptivelmente, categorias da economia transformem-se em noções do senso comum e apareçam travestidas nas outras disciplinas sociais — como é o caso de noções como “capital humano” (proposta pelo próprio Becker), ou inclusive a de “rede”, que, embora já há muito utilizada pela sociologia e pela antropologia, ganhou nova reputação a partir da migração do mundo dos negócios e do management (como bem mostraram Boltanski e Chiapello, 2009 [1999]) para as já mencionadas “teorias do ator-rede”.

Impõe-se, então, uma tarefa de etnografia crítica em relação às agendas de pesquisa informadas pelas questões e categorias das ciências econômicas, atingindo evidentemente também o objeto privilegiado dos economistas: o mercado.⁴⁹

Porém, para tornar a crítica eficaz e consistente, é necessário considerar o universo dos profissionais da economia como objeto legítimo de análise antropológica. Essa operação envolve um deslocamento por parte da “antropologia *da* economia” contemporânea em relação à “antropologia econômica” dos anos 1960 e 1970, cujo interesse central não era pelo mundo das ciências nem da *expertise* econômicas. Outro ponto de diferenciação é aquele hoje em dia claramente assumido pelos antropólogos: trata-se de estudar etnograficamente o coração das trocas e dos fluxos de dinheiro no capitalismo, e não mais aspectos que podiam ser tidos como marginais ou periféricos (e que, na realidade, não o eram, é claro).

As transformações em curso no sistema mundial, embaralhando as relações entre os “centros” e as “periferias”, tanto do ponto de vista da economia como da produção de conhecimento, e o lugar que o Brasil passou a ocupar nos últimos anos impõem grandes desafios para a antropologia da economia feita no país, estimulando, como se pode ver ao longo deste ensaio, horizontes teóricos e campos empíricos (inclusive fora das fronteiras nacionais) cada vez mais acentuadamente cosmopolitas.

⁴⁹ É preciso distanciar-se da “sociologia econômica” que assume tais objetos e categorias como dados, como é o caso de boa parte dos artigos contidos em dois dos mais influentes *handbooks* sobre o tema: Smelser e Swedberg (2005) e Steiner e Vatin (2009).

Referências bibliográficas

- ABOLAFIA, Mitchel. *Making markets: opportunism and restraint on Wall Street*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda. *Estudos Avançados*, n. 23, p. 103-109, 2009.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VOIVODIC, Maurizio de Almeida; CARDOSO, Fatima Cristina; CONROY, Michael E. Social movements and NGOs in the construction of new market mechanisms. *Economic Sociology. The European Electronic Newsletter*, v. 11, n. 2, p. 25-30, 2010.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2004.
- ABREU, Alzira A. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M. Almeida (Org.). *Mídia e política no Brasil – jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. *Estudos feministas*, v. 15, n. 1, p. 177-192, 2007.
- ANDRADE, Maristela de Paula. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.
- APPADURAI, Arjun (Ed.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ARANTES, Antonio Augusto. Horas furtadas. Dois ensaios sobre consumo e entretenimento. *Cadernos do IFCH*, Campinas, Unicamp, 1993.
- ARAÚJO GUIMARÃES, Nadya. A sociologia dos mercados de trabalho: ontem e hoje. *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, p. 150-171, 2009a.
- _____. *Desemprego, uma construção social*. São Paulo: Argvmentvn, 2009b.
- AZIZE, Rogerio Lopes. Saúde e estilo de vida: divulgação e consumo de medicamentos em classes médias urbanas. In: LEITÃO, Debora Krischke; MACHADO, Rosana Pinheiro; LIMA, Diana Nogueira (Org.). *Antropologia e consumo. Diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre: AGE, 2006. p. 119-139.
- BALDI, Mariana & Marcelo Milano Falcão VIEIRA, Calçado do vale: imersão social e redes interorganizacionais, *Revista de Administração de Empresas*, 46 (3): 16-27, 2006.
- BAPTISTA, José Renato de Carvalho. Os deuses vendem quando dão: os sentidos do dinheiro nas relações de troca no candomblé. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 13, n. 1, p. 7-40, 2007.
- BARBOSA, Antonio Rafael. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997.

- BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, p. 87-116, 2007.
- BARBOSA, Livia (Org.). *Cultura e diferença nas organizações*. Reflexões sobre nós e os outros. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARBOSA, Livia; PORTILHO, Fátima; VELOSO, Letícia (Org.). *Consumo: cosmologias e sociabilidades*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Mauad, 2009.
- BARONE, Sônia Regina. Planos de saúde: a dimensão simbólica dos contratos. In: MIGUELES, Carmen (Org.). *Antropologia do consumo*. Casos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 25-43.
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. *Consumidores e seus direitos*. Um estudo sobre conflitos no mercado de consumo. São Paulo: Humanitas, 2008.
- BOHANNAN, Paul; DALTON, George (Ed.). *Markets in Africa*. Garden City: Doubleday & Co., 1965.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1999].
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction*. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
- _____. Décrire et prescrire. Note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacité politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 38, p. 69-73, 1981.
- _____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- _____. La fabrique de l'habitus économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 150, p. 79-90, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1976].
- BRAUM, Pedro A. da Silveira. *O estado da ciência e a ciência do Estado: a FGV e a configuração do campo das ciências econômicas no Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. *Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores*. Cadernos Pagu, n. 29, p. 91-109, 2007.
- ÇALISKAN, K.; CALLON, M. Economization, part 1: Shifting attention from the economy towards processes of economization. *Economy and Society*, v. 38, n. 3, p. 369-398, 2009.
- _____. Economization, part 2: A research programme for the study of markets. *Economy and Society*, v. 39, n. 1, p. 1-32, 2010.

- CALLON, Michel. The Embeddedness of Economic Markets in Economics. In: _____. (Ed.). *The laws of the markets*. Oxford, UK: Blackwell, 1998. p. 1-57.
- _____. Why virtualism paves the way to political impotence. Callon replies to Miller. *Economic Sociology. European Electronic Newsletter*, v. 6, n. 2, p. 3-21, 2005.
- CARRIER, James. *Gifts and commodities: exchange and western capitalism since 1700*. London: Routledge, 1995.
- CARRIER, James (Org.). *Meanings of the market: the free market in western culture*. Oxford, New York: Berg, 1997.
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia. Escritos exumados 3. Lições de um praticante*. Niterói: EduFF, 2006.
- CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 24, p. 69-80, 2009.
- COCHOY, Frank. *Une histoire du marketing: discipliner l'économie de marché*. Paris: La Découverte, 1999.
- CROSBY, Alfred. *A mensuração da realidade. A quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CRUZ, Ricardo. Breve história de um mercado futuro. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Pedro Tiago de. Libaneses & chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio do Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, p. 155-169, 2006.
- DAMATTA, Roberto. Para uma sociologia da inflação: notas sobre inflação, sociedade e cidadania. In: VIEIRA, J. Ribas et al. *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 15-31.
- DAMO, Arlei. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- _____. Dom, amor e dinheiro no futebol de espetáculo. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 23, p. 139-150, 2008.
- DÍAZ, María Elvira. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *The world of goods. Towards an anthropology of consumption*. London: Routledge, 1996.
- DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EdUFF, 1999 [1978].

- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. Três famílias. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- DUFY, Caroline; WEBER, Florence. *L'ethnographie économique*. Paris: La Découverte, 2007.
- DUMONT, Louis. *Homo aequalis*. Paris: Gallimard, 1977.
- DUVAL, Julien. *Critique de la raison journalistique*. Les Transformations de la presse économique en France. Paris: Seuil, 2004.
- ELIAS, Norbert. Sobre a sociogênese da economia e da sociologia. In: ELIAS, N. *Escritos e Ensaios I* (Estado, processo, opinião pública). Org. Waizbort e F. Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 [1984].
- FILGSTEIN, Neil. Habilidade social e teoria dos campos. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: UFScar, 2009 [2001].
- FERGUSON, James. *Expectations of modernity*. Myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1999.
- FONSECA, Claudia Lee. W. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista de Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 7-34, 1996.
- _____. Inequality near and far: adoption as seen from the Brazilian favelas. *Law & Society Review*, v. 36, n. 2, p. 397-431, 2002.
- _____. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 11-44, 2006.
- _____. Repensando relações familiares. *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 9-35, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. Naissance de la biopolitique. In: *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. 3, p. 819-825.
- FOURCADE, Marion; HEALY, K. Moral views of market society. *Annual Review of Sociology*, n. 33, 2007.
- GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho*. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1975].
- _____. La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121/122, p. 52-61, 1998.
- _____. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana. Estudos de antropologia social*, 15 (2), p. 411-447, 2009.
- GARCIA Jr., Afrânio e HEREDIA, Beatriz. Trabalho familiar e campesinato. *América Latina*, 14 (1-2), p.10-19, 1971.

- GARCIA JR., Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformações agrárias. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 38-77.
- GARCIA, Marie-France. O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina. 1977. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. Espace du marché et mode de domination. *Études Rurales*, n. 131-132, p. 57-72, 1993.
- _____. Représentations savantes et pratiques marchandes. Gènese. *Sciences Sociales et Histoire*, n. 25, p. 50-71, 1996.
- _____. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, p. 5-44, 2003 [1986].
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- GAUTIE, Jérôme. Les économistes à l'assaut: les figures de l'impérialisme économique. In: BOURGEOIS, Catherine; CONCHON, Aline; LALLEMENT, Michel; LÉNEL, Pierre (Org.). *Dynamiques de la sociologie économique*. Concepts, controverses, chantiers. Toulouse: Octares, p. 77-85, 2009.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, p. 85-101, 2006.
- GODECHOT, Olivier. *Les traders*. Paris: La Découverte, 2005.
- GORDON, César. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin*. São Paulo; Rio de Janeiro: Unesp; ISA; Nuti, 2006.
- GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência*. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, n. 1, p. 201-233, 1983.
- _____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga. (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: UFScar, 2009 [1985].
- GREGORY, Chris A. *Savage money: the anthropology and politics of commodity exchange*. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997.
- GRUN, Roberto. *Negócios & famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1992.
- _____. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, p. 121-140, 1999.

- _____. Em busca da nova pequena burguesia brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 43, n. 2, 2000.
- _____. Dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping: estratégias educacionais e estratégias de reprodução social em famílias de imigrantes armênios. In: ALMEIDA, Ana Maria F. de; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66-75.
- _____. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, n. 13, p. 381-410, 2007.
- _____. For a Brazilian sociology of finance. *Economic Sociology. The European Electronic Newsletter*, v. 11, n. 2, p. 10-15, 2010.
- GUDEMAN, Stephen; RIVERA, Alberto. *Conversations in Colombia. The domestic economy in life and text*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GUYER, Jane. *Marginal Gains: monetary transactions in Atlantic Africa*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. *Anais...* Caxambu, Anpocs, 2009.
- HERTZ, Ellen. *The trading crowd: An ethnography of the Shanghai stock market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses. Argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Rival views of the market and other recent essays*. New York: Viking, 1986.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, 25, p. 55-79, 2005.
- KNORR-CETINA, Karin. *Epistemic cultures: how the sciences make knowledge*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- KNORR-CETINA, Karin; PREDA, Alex (Ed.). *The sociology of the financial markets*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- KOFES, Maria Suely. *Mulher, mulheres – Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

- _____. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LAZAER, E.P. Economic imperialism. *Quarterly Journal of Economics*, p. 94-146, fev. 2000.
- LEBARON, Frédéric. *Ordre monétaire ou chaos social? La Banque Centrale européenne et la révolution néo-libérale*. Broissieux: Éditions du Croquant, 2006.
- LEITÃO, Debora Krischke. Nós, os outros: construção do exótico e consumo de moda brasileira na França. *Horizontes Antropológicos*, n. 28, p. 203-230, 2007.
- LEITÃO, Debora Krischke; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. O luxo do povo e o povo do luxo: consumo e valor em diferentes esferas sociais no Brasil. In: LEITÃO, Debora Krischke; MACHADO, Rosana Pinheiro; LIMA, Diana Nogueira (Org.). *Antropologia e consumo*. Diálogos entre Brasil e Argentina. Porto Alegre: AGE, 2006. p. 23-46.
- LEITÃO, Debora Krischke; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; LIMA, Diana Nogueira (Org.). *Antropologia e consumo*. Diálogos entre Brasil e Argentina. Porto Alegre: AGE, 2006.
- LEITE LOPES, José Sergio. Sobre um debate da antropologia econômica: a economia política de Polanyi. *América Latina*, 3/4, Rio de Janeiro, 1971.
- _____. Sobre o debate da distribuição da renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow. In Tolipan, R. & Tinelli, A.C. (org.), *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1973].
- _____. *O “vapor do diabo”*: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil. *Dados*, v. 18, 1978.
- LIMA, Diana. Antropologia do Consumo: a Trajetória de um Campo em Expansão. *BIB – R revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 56, p. 93-108, 2003.
- _____. Ethos “emergente”: as pessoas, as palavras e as coisas. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, p. 175-202, 2007a.
- _____. Ethos emergente. Notas etnográficas sobre o sucesso. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 73-83, 2007b.
- _____. Sujeitos e objetos do sucesso. *Antropologia do Brasil emergente*. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2008a.
- _____. Prosperidade na década de 1990: etnografia do compromisso de trabalho entre Deus e o fiel da Igreja Universal do Reino de Deus. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n. 51, p. 7-36, 2008b.
- _____. LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LUZZI, Mariana; NEIBURG, Federico. Prácticas económicas, derecho y afectividad en la obra de Viviana Zelizer. In: ZELIZER, Viviana. *La negociación de la intimidad*. Fondo de Cultura Económica: México; Buenos Aires, 2009.

- MACKENZIE, D.; MUNIESA, F.; SIU L. (Ed.). *Do economists make markets? On the performativity of economics*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- MAGALHAES, Reginaldo S. A “masculinização” da produção de leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47 (1): 275-299, 2009.
- MAGALHÃES, Reginaldo S.; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 22, p. 107-119, 2007.
- MAGALHÃES, Reginaldo S.; JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina P. *Microfinanças: racionalidade econômica e solidariedade social*. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Coral gardens and their magic. A study of the methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobriand Islands*. London: George Allen & Unwin, 1935.
- _____. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978 [1922].
- MARTES, Ana Cristina Braga; WEBER, Soares. Remessas de recursos dos imigrantes. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 41-54, 2006.
- MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: UFScar, 2009.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: CosacNaify, 2003 [1922]. p. 183-314.
- MAGALHAES, Reginaldo Sales. Habilidades sociais no mercado de leite. *Revista de Administração de Empresas*, n. 47, p. 15-25, 2007.
- _____. A “masculinização” da produção de leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 47, n. 1, p. 275-299, 2009.
- MICELI, Sergio. *Imagens Negociadas. Retratos da Elite Brasileira (1920-40)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MIGUELES, Carmen (Org.). *Antropologia do consumo. Casos brasileiros*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MIYAZAKI, Hirokazu. *Economy of dreams: the production of hope in anthropology and finance*. Ithaca, Center for the Study of Economy & Society, Department of Anthropology, Cornell University, 2003.
- MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, n. 21, p. 139-157, 2007.
- MILLER, Daniel. *A theory of shopping*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1998.
- _____. *The dialectics of shopping*. Chicago: The University Of Chicago Press, 2001.
- _____. Turning Callon the right way up. *Economy and Society*, v. 31, n. 2, p. 218-32, 2002.
- MINTZ, Sidney; WOLF, Eric. Haciendas and plantations in Middle America and the Antilles. *Social and Economic Studies*, v. 6, n. 3, 1957.

- MIRANDA, Ana Paula Mendes. *De princípios do Estado a auditores genéricos: dilemas e contradições na construção da burocracia fiscal no Brasil*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MONDADORE, Ana Paula Carletto et al. (Org.). *Sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção*. São Paulo: EDUFSCar, 2009.
- MÜLLER, Lúcia Helena A. *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a Bolsa de Valores*. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- _____. “Então eu fui à luta!”: repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social. *Política & Sociedade*, n. 8, p. 145-171, 2009.
- MOTTA, Eugênia. Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NEIBURG, Federico. Inflation. Economists and economic cultures in Brazil and Argentina. *Comparative Studies in Society and History*, v. 46, n. 3, p. 604-633, 2006. [Versão preliminar: Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação a propósito das heterodoxias. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 177-202, 2004].
- _____. As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 13, n. 1, p. 45-77, 2007.
- _____. La guerre des indices et l’indexation au Brésil. Genèses. *Sciences Sociales et Histoire*, v. 4, n. 81, 2010a.
- _____. Sick currencies and public numbers. *Anthropological Theory*, v. 10, n. 1/2, mar.-jun. 2010b.
- _____. *Monnaies imaginaires, marchés et transactions*. Conferência pronunciada no Centre de Sociologie Européenne, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 28 maio 2010. Disponível em: <www.cultura-economia.org>. 2010c.
- NEIBURG, Federico; NICAISE, Natacha. *A vida social da água em Bel Air – La Vie sociale de l’eau à Bel Air – The Social Life of Water in Bel Air*. Port-au-Prince, Haiti; Rio de Janeiro: Viva Rio; NuCEC, 2009.
- _____. *Lixo. Estigmatizações, comércio, políticas – Déchets. Stigmatisations, commerce, politiques – Garbage. Stigmatisations, commerce, politics – Fatra. Stigmatizasyon, Komès, politik*. Porto Príncipe, Haiti; Rio de Janeiro: Viva Rio; NuCEC, 2010.
- O’DOUGHERTY, Maureen. *Consumption intensified. The politics of middle-class daily life in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2002.
- OLIVEN, Ruben. O vil metal: o dinheiro na música popular brasileira. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 33, p. 143-68, 1997.

- _____. De olho no dinheiro nos Estados Unidos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 206-235, 2001.
- OLIVEN, Ruben; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Apresentação. Dossiê antropologia e consumo. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, p. 7-13, 2007.
- ONTO, Gustavo. *Governing competition in a non-competitive economy: market devices, ethics of competition, and antitrust policy in Brazil*. Distributed Paper, ISA Congress, Research Committee on Economy and Society, Gothenburg, 2010.
- OSTROWER, Isabel Milanez. Redes, jogos, relações e estratégias de negociação entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. In: CABRAL, Maria de Fátima (Org.). *Cidade, transformações no mundo e políticas públicas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- PALMEIRA, Moacir. 1970. Feira e mudança econômica. In: SIMPÓSIO DE PESQUISAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL, 1970, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1970. mimeo.
- _____. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat*. 1971. Thèse (Doctorat) – L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- _____. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: CONGRES INTERNATIONAL DES AMERICANISTES, 42., 1976, Paris. *Anales...* Paris: 1976.
- PALMEIRA, Moacir et al. Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 76, 1977.
- _____. *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2004.
- PARRY, Jonathan; BLOCH, Maurice (Org.). *Money and the morality of exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- PINA-CABRAL, João; PEDROSO DE LIMA, Antónia (Org.). *Elites: choice, leadership and succession*. Oxford; New York: Berg, 2000.
- PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K. *Juventude, consumo e educação*. Porto Alegre: ESPM, 2008.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu. Mercados de devoção: consumo e identidades religiosas nos santuários de peregrinação xiita na Síria. In: BARBOSA, Lúvia; CAMPBELL, Colin (Org.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PISCITELLI, Adriana. Jóias de família, gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Marcia. Apresentação. Dossiê: gênero no tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 9-28, 2008.

- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A ética confucionista e o espírito do capitalismo: narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar. *Horizontes Antropológicos*, n. 28, p. 145-174, 2007.
- _____. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 67: p. 117-133, 2008.
- _____. *Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre
- PIRES, Lenin dos Santos. Arreglar não é pedir arrego — Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado)—Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry P. (Ed.). Trade and markets in the early empires. *Economies in History and Theory*. New York: Free Press, 1957.
- POOVEY, Mary. *A history of the modern fact: problems of knowledge in the sciences of wealth and society*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- RABOSSO, Fernando. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma re- interpretação. In: SEYFERTH, G; PÓVOA, H; ZANINI, M.C.; SANTOS, M. (Org.). *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: EUFMS, 2007. p. 287-312.
- _____. *En las calles de Ciudad del Este*. Una etnografía del comercio de frontera. Assunção: CEAUC, 2008a.
- _____. En la ruta de las confecciones. *Crítica en Desarrollo: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 2, p. 151-171, 2008b.
- RAUD, Cécile. Os alimentos funcionais: a nova fronteira da indústria alimentar. Análise das estratégias da Danone e da Nestlé no mercado brasileiro de iogurtes. *Revista de Sociologia e Política*, n. 16, p. 85-100, 2008.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 30, p. 21-65, 2008.
- RUSSO, Gláucia. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. *Caderno CRH*, v. 20, n. 51, p. 487-514, 2007.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar. 1990 [1985].
- _____. Cosmologias do capitalismo: o setor transpácífico do “sistema mundial”. In: Sahlins, Marshall, *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004a [1988].

- _____. A tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental. In: Sahlins, Marshall, *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004b [2000].
- SCOTTO, Gabriela. *As difusas fronteiras entre a política e o mercado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy; WACQUANT, Loïc (Ed.). *Commodifying bodies*. Sage, Series in Theory, Culture, and Society, 2003.
- SIGAUD, Lygia. A percepção do salário entre os trabalhadores rurais. In: SINGER, P. (Org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____. As vendas das pontas de rua. *Anuário Antropológico*, p. 23-42, 1983.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Ernandez Marcelo. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n. 51, p. 107-142, 2008.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. 1971. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.
- _____. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. *Tempo e Presença*, v. 15, n. 269, p. 31-35, 1993.
- _____. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, n. 37, p. 81-109, 2002.
- SIMMEL, George. *Philosophie de l'argent*. Paris, PUF, 1999 [1909].
- SMELSER, Neil; SWEDBERG, R. (Ed.). *Handbook of economic sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press; New York: Russell Sage Foundation, 2005.
- STEINER, Philippe. *La transplantation d'organes*. Un commerce entre les êtres. Paris: Gallimard, 2010.
- STEINER, Philippe; VATIN, François. *Traité de sociologie économique*. Paris: PUF, 2009.
- STRATHERN, Marilyn (Org.). *Audit cultures*. Anthropological studies in accountability, ethics and the academy. New York: Routledge, 2000.
- SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, pp. 34-64, 2004.
- TERRAIN. *Revue d'Ethnologie de l'Europe*. Dossiê L'Argent en famille, Paris, 2005.
- THOMAS, Nicholas. *Entangled objects*. Exchange, material culture, and colonialism in the Pacific. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- _____. *Out of time: History and evolution in anthropological discourse*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.
- VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998 (1975).

- VELHO, Otávio. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VOGEL, Arno et al. A moeda dos orixás. *Religião e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 5-17, 1987.
- WEBER, Florence. Práticas econômicas e formas ordinárias e cálculo. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 8, n. 2, p. 151-182, 2002
- WEBER, Max. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Flammarion, 2001 [1904].
- WILKINSON, John. *Agronegócios e agricultura familiar: entre confronto e diálogo*. Brasília: Oxfam, 2007.
- _____. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- _____. Economic and agro-food studies in Brazil: Combining social networks, convention and social movement approaches. *Economic Sociology. The European Electronic Newsletter*, v. 11, n. 2, p. 3-9, 2010.
- YANAGISAKO, Sylvia Junko. *Producing culture and capital: family firms in Italy*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- ZALOOM, Caitlin. *Out of the pits: traders and technology from Chicago to London*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações vicinais e o significado da pobreza*. Brasília: Brasiliense, 1999 [1984].
- _____. Violence à Rio de Janeiro: styles de loisirs, de consommation et de trafic de la drogue. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 169, p. 407-417 [ou Violence in Rio de Janeiro: Styles of Leisure, Drug Use and Trafficking. *International Social Science Journal*, n. 169, p. 370-378, 2001.
- _____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ZELIZER, Viviana. *Pricing the priceless child: the changing social value of children*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- _____. *The social meaning of money*. Pin money, paychecks, poor relief and other currencies. New York: Basic Books, 1998.
- _____. *The purchase of intimacy*. Princeton: Princeton University Press, 2006.